

Narrativas políticas sobre a solidariedade em meio à pandemia da covid-19¹

Political narratives on solidarity during the covid-19 pandemic

Felipe Pinheiro Martins de Paiva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as narrativas e práticas solidárias de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos em uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, durante a pandemia da covid-19. Esta pesquisa de caráter etnográfico se desenvolveu entre os anos de 2020 e 2021, a partir da observação-participante em quatro eventos do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos; da realização de cinco entrevistas virtuais semiestruturadas com *militantes* e *coordenadores* do movimento; e da análise de documentos produzidos pela entidade. A partir das reflexões de estudos de antropologia urbana e da chamada antropologia da política, os relatos etnográficos, documentos e entrevistas foram analisados de forma a evidenciar visões de mundo sobre a política – pensada e vivida nos processos de luta e nas *ações de solidariedade*. A solidariedade foi entendida como uma estratégia comunitária de sobrevivência material em meio à crise, mas também foi tratada como parte de um repertório de práticas políticas desse grupo – associada a certo projeto político defendido pela coordenação do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos. As discussões e reflexões sobre as *ações de solidariedade* evidenciaram valores e moralidades em torno dos sentidos associados à solidariedade. As divergências internas sobre concepções e práticas solidárias explicitaram as nuances do processo de construção cotidiana de um movimento social, no qual os ideais sobre a solidariedade estão diretamente associados a um ideal compartilhado de coletividade.

Palavras-chave: Solidariedade, Pandemia, Antropologia da Política, Movimentos Sociais, Periferia.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Recebido em 3 de agosto de 2024.
Avaliador A: 10 de setembro de 2024.
Avaliador B: 25 de setembro de 2024.
Aceito em 13 de janeiro de 2025.



ABSTRACT

This article aims to analyze the narratives and solidarity practices of members of the Movement of Workers for Rights in a peripheral and poor community of Belo Horizonte – Pedreira Prado Lopes – during the covid-19 pandemic. This ethnographic research was developed between 2020 and 2021, based on participant-observation in four Movement of Workers for Rights events; five semi-structured virtual interviews with militants and coordinators of the movement; and the analysis of documents produced by the entity. Based on reflections from studies of urban anthropology and the so-called anthropology of politics, the ethnographic reports, documents and interviews were analyzed to highlight worldviews on politics – thought and lived in the processes of struggle and in solidarity actions. Solidarity was understood as a community strategy for material survival during the crisis, but it was also treated as part of a repertoire of political practices of this group – associated with a certain political project defended by the Movement of Workers for Rights coordination. The discussions and reflections on solidarity actions evidenced values and moralities around the meanings associated with solidarity. The internal divergences about conceptions and practices of solidarity have made explicit the nuances of the process of daily construction of a social movement, in which the ideals of solidarity are directly associated with a shared ideal of collectivity.

Keywords: Solidarity, Pandemic, Anthropology of Politics, Social Movements, Periphery.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as narrativas e práticas solidárias de integrantes do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) em uma comunidade periférica e pobre de Belo Horizonte – a Pedreira Prado Lopes –, durante a pandemia da covid-19, resultado de uma pesquisa de campo antropológica conduzida entre 2020 e 2021.

O artigo busca construir uma reflexão etnográfica sobre as dimensões *políticas* em torno das concepções, redes e *ações de solidariedade* construídas por esse grupo – entre *militantes* e *coordenadores* do movimento. No entanto, esta abordagem etnográfica não se restringe apenas a colher opiniões sobre a *política*, mas também a discutir como essas visões são moldadas pelas trajetórias de vida e por um cenário de ação política concreta.

Utilizando contribuições teórico-metodológicas da antropologia urbana e da antropologia da política, busca-se destacar visões de mundo sobre a *política* – tanto concebidas quanto vivenciadas – nos processos de luta e solidariedade na Pedreira Prado Lopes. O foco é analisar a solidariedade não como um conceito universal, mas sim como uma categoria etnográfica.

A Pedreira Prado Lopes, conhecida localmente como *Pedreira*, é o cenário central

dessas reflexões. Reconhecida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) como comunidade periférica que convive com o “ambiente insalubre, a pobreza e exclusão social, a violência, a infraestrutura básica insuficiente, a precariedade habitacional e a dificuldade de acesso” (PBH, 2021), a Pedreira Prado Lopes é considerada a favela mais antiga da cidade.

Apesar do histórico de desigualdades e problemas sociais, a *Pedreira* se destaca por uma longa trajetória de mobilizações dos moradores por demandas locais e lutas políticas mais amplas (Oliveira *et al.*, 2019; Sales, 2003). A atuação de lideranças comunitárias históricas, além das associações criadas na região, como a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) e a União Prado Lopes, garantiu um papel importante na busca pela implementação de políticas públicas na comunidade.

A atuação política do MTD na *Pedreira* é, portanto, antecedida de um longo histórico de mobilizações organizadas por movimentos populares urbanos no Brasil e, em especial, em Belo Horizonte. A história da construção do atual quadro de profunda vulnerabilidade social se confunde, no entanto, com uma tradição de resistência, organização e luta em territórios periféricos como a *Pedreira*. A luta por melhores condições de vida e direitos sociais básicos, é uma parte integrante dessa tradição de resistência nas periferias urbanas de Belo Horizonte.

Nascida em 2000, em Porto Alegre, como Movimento dos Trabalhadores Desempregados (Figueiredo Filho, 2013), a organização passou por um processo de reformulação interna (MTD [...], 2015) e expandiu o foco de suas pautas para demandas políticas cotidianas de trabalhadores que vivem no espaço urbano das periferias das médias e grandes cidades.

Desde 2012, o MTD tem sua atuação em Belo Horizonte marcada pela articulação de mobilizações sobre demandas locais da população da *Pedreira*, em parceria com lideranças locais, parlamentares, moradores e organizações *parceiras*. Sua entrada nesse território se deu no contexto da implementação do programa Vila Viva (Oliveira *et al.*, 2019). Diante da pandemia da covid-19 e de um contexto de enfrentamento a uma crise sanitária, econômica, política e social, o movimento organizou redes e *ações de solidariedade* na comunidade.

O movimento seguiu adotando a estratégia de ocupação temporária de espaços públicos e privados, como forma de protesto sobre demandas populares do território. Em 2013, ainda sob o contexto de denúncias sobre impactos e problemas durante a execução de obras do programa Vila Viva na *Pedreira*, o MTD organizou a ocupação de um conjunto de habitação popular inacabado (Famílias [...], 2013).

Em 2014, houve a ocupação do Centro Cultural Liberalino Alves, fechado há mais de cinco anos (Oliveira *et al.*, 2019) e, em 2016, uma creche desativada por dois anos foi ocupada durante cinco dias por um grupo de mulheres mobilizadas pelo MTD (Oliveira, 2017). Dentre as recentes manifestações políticas promovidas pelo MTD nos últimos anos, destaca-se a ocupação permanente de um prédio abandonado na Pedreira Prado Lopes – a Ocupação Pátria Livre – em setembro de 2017 (Oliveira *et al.*, 2019).

No período da pesquisa, em frente aos impactos sociais, sociais e econômicos da

pandemia da covid-19, o MTD organizou redes e *ações de solidariedade*, incluindo doações de cestas básicas, botijões de gás de cozinha, refeições e artigos de limpeza e higiene pessoal. Segundo informações da coordenação do MTD, as doações foram obtidas a partir do apoio de organizações aliadas – como sindicatos e movimentos sociais – e destinadas às famílias previamente cadastradas e acompanhadas pelo movimento na *Pedreira*.

SOBRE A METODOLOGIA

Esta pesquisa etnográfica incluiu a participação ativa em quatro eventos do MTD: duas reuniões de grupos de base, uma iniciativa de solidariedade com distribuição de cestas básicas e uma manifestação pública pela campanha #ForaBolsonaro. Também foram realizadas cinco entrevistas virtuais semiestruturadas com dois integrantes da coordenação do movimento e três *militantes* do MTD, incluindo duas residentes da *Pedreira*. Além disso, documentos do movimento, incluindo materiais de redes sociais, foram analisados.

Devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19, foi considerada a viabilidade de uma pesquisa etnográfica mais intensiva, focando na vida cotidiana. Todas as atividades presenciais seguiram rigorosos protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde e pelas autoridades locais de saúde: uso de máscaras, distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os participantes e higienização regular das mãos.

A pesquisa abrangeu o período de 2020 a 2021 e envolveu participantes diversos que integram, coordenam e executam ações no MTD da *Pedreira*. Os *militantes* do MTD na Pedreira Prado Lopes participaram ativamente das atividades organizadas pelo movimento, especialmente nas ações de solidariedade, sendo a maioria residente na própria comunidade. A pesquisa também incluiu coordenadores do MTD, que não só lideram as iniciativas de solidariedade, mas também mobilizam e formam politicamente os moradores em questões como moradia, educação e saúde.

Além das observações etnográficas durante eventos do MTD, as entrevistas foram projetadas para capturar as narrativas dos *militantes* e *coordenadores* sobre sua trajetória e engajamento no movimento social, especialmente durante a pandemia. O foco não foi apenas em uma perspectiva genérica do “nativo” como proposto por Goldman (2006, p. 24), mas sim em narrativas individuais específicas, cada uma com suas particularidades, agência e criatividade.

Após um diálogo prévio com representantes da coordenação municipal do MTD, tive a oportunidade de entrevistar pessoas com perfis diversos, refletindo a heterogeneidade da rede de indivíduos que *constroem* o movimento – ou seja, participantes que se envolvem e se engajam nas atividades e na construção diária de reflexões e decisões internas do MTD. As escolhas dos entrevistados consideraram, assim, diferentes trajetórias e experiências nas

atividades organizadas pelo MTD na Pedreira Prado Lopes, levando em conta tanto o tempo de participação nas ações do movimento quanto o vínculo organizativo com a entidade.

Realizadas virtualmente por meio de videoconferência, as entrevistas semiestruturadas envolveram indivíduos com diferentes experiências e histórias nas atividades organizadas pelo MTD na Pedreira Prado Lopes. Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados pseudônimos, exceto para figuras públicas como ocupantes ou ex-ocupantes de cargos legislativos e executivos.

Dentro os entrevistados estão *coordenadores* do MTD, tanto os mais antigos quanto os mais recentes, moradores da Pedreira Prado Lopes envolvidos nas atividades do movimento ao longo do tempo, e uma moradora da Pedreira Prado Lopes que faz parte da coordenação da Ocupação Pátria Livre. Entre os coordenadores entrevistados, Mariana é a mais jovem e tem uma trajetória mais recente de militância social em comparação com Marcos, um dos primeiros militantes do movimento em Minas, ambos residindo em bairros vizinhos, não na Pedreira Prado Lopes.

No grupo de militantes de base e moradores da *Pedreira*, Rosângela se destaca por sua longa história de liderança e ativismo social na comunidade, anterior à consolidação do MTD no bairro. Cíntia, apesar de coordenar a Ocupação Pátria Livre, juntou-se ao movimento na última década. Wesley, embora não resida na *Pedreira*, tem laços familiares com a comunidade e se envolveu com o MTD durante a pandemia, representando uma nova geração de militantes com vínculos recentes com o movimento.

O acesso às narrativas e modelos nativos através de entrevistas individuais reflete uma abordagem específica e sensível de “escuta” (Oliveira, 1998) na pesquisa antropológica. Segundo Peirano (2008, p. 3), a teoria é inseparável da prática etnográfica: “a (boa) etnografia de inspiração antropológica não é apenas uma metodologia e/ou uma prática de pesquisa, mas a própria teoria vivida”.

ETNOGRAFIA EM TEMPOS DE CRISE

Esta pesquisa se situa em um campo tradicional da antropologia, concentrando-se nos estudos das camadas populares no Brasil, especialmente nas representações políticas e atividades desses grupos em áreas urbanas periféricas. O artigo contribui para o debate sobre como certos grupos sociais específicos, especialmente os residentes em áreas periféricas, percebem e respondem a crises que não começam necessariamente durante a pandemia.

Portanto, este artigo busca oferecer uma nova perspectiva sobre o debate político, baseada nas visões de mundo das camadas sociais e organizações populares, sobre um processo amplo e complexo de mudanças sociais. A discussão da conjuntura política e social brasileira

a partir das experiências diárias e das resistências às crises multidimensionais – sanitárias, políticas, econômicas e sociais – pode enriquecer tanto o debate acadêmico quanto o público sobre a realidade brasileira, além de sugerir alternativas políticas para nossa sociedade.

A pandemia de coronavírus trouxe diversas consequências sociais, sanitárias e econômicas para os brasileiros, afetando de maneira intensa os grupos mais vulneráveis, especialmente negros e moradores de áreas periféricas. As medidas adotadas para controlar a disseminação do SARS-CoV-2 agravaram uma situação econômica já debilitada, resultando em um aumento do desemprego e da fome no Brasil (Fiengo, 2020).

O elevado índice de informalidade, característico das condições de trabalho de boa parte da população brasileira, intensificou os danos para esse grupo, que enfrentou grandes dificuldades para garantir sua sobrevivência. As estratégias de isolamento social nas favelas brasileiras tornaram-se inviáveis (FASE Rio de Janeiro, 2020), devido às características das moradias, ao acesso limitado à água potável e saneamento, além da necessidade de continuar trabalhando presencialmente para sustentar suas famílias. Como resultado desse panorama, houve um aumento significativo nas taxas de mortalidade em bairros periféricos das grandes cidades brasileiras.

Em setembro de 2020, dados da PBH indicavam uma maior letalidade por covid-19 em periferias da capital mineira – sete vezes maior que a média da cidade (Pimentel, 2020) –, sendo que 31 dos 50 bairros com maior concentração de pacientes internados eram vilas e ocupações (Martins; Rodrigues, 2020). Se as consequências sanitárias e socioeconômicas da pandemia de covid-19 se apresentaram mais acentuadas nas periferias urbanas de grandes metrópoles como Belo Horizonte, isso também pode ser verificado pelos indicadores associados à raça.

De acordo com o relatório Denúncia de Violações dos Direitos à Vida e à Saúde no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil (Denúncia [...], 2021), o número de óbitos causados pelo coronavírus foi cinco vezes maior entre a população negra no Brasil. Isso ocorreu devido a fatores sociais e econômicos estruturais presentes na sociedade, bem como pelo fato de essa população ter maior prevalência de comorbidades.

Diante desse cenário desafiador para a sobrevivência desses grupos, várias redes de solidariedade e iniciativas surgiram nas periferias urbanas por todo o país. Organizações não governamentais (ONG), junto a grandes empresas e veículos de mídia, promoveram campanhas de solidariedade em escala nacional voltadas para as áreas periféricas das grandes capitais brasileiras. Em outras frentes de ação, campanhas solidárias foram coordenadas por redes de movimentos sociais e entidades sindicais, como “Periferia Viva” e “Vamos Precisar de Todo Mundo”.

Essas iniciativas visaram distribuir itens e cestas básicas, doados por sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos, além de alimentos e refeições fornecidos por organizações populares do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Essas campanhas ganharam destaque ao vincularem suas ações solidárias a denúncias e à

oposição política ao presidente Jair Bolsonaro (Paterniani; Carvalho, 2020).

Além da cooperação entre moradores e ativistas para promover medidas de prevenção à covid-19 e apoiar o acesso da comunidade aos programas de assistência social do governo, o MTD também se envolveu nessas articulações, utilizando apoio de organizações parceiras para arrecadação de doações para as famílias cadastradas. As doações eram distribuídas por meio de *ações de solidariedade*, que incluíam campanhas e eventos de entrega de cestas básicas, refeições, itens de higiene pessoal e botijões de gás de cozinha a famílias em situação de vulnerabilidade nos territórios atendidos pelo movimento.

Assim, a solidariedade emergiu como um elemento fundamental nas estratégias coletivas de camadas sociais e organizações populares no enfrentamento à profunda crise social, sanitária e econômica. Com base nisso, a pesquisa buscou compreender as percepções dos militantes protagonistas desse processo, organizados em um movimento urbano de luta por direitos.

Para este fim, a etnografia serviu como principal referência teórico-metodológica. O estudo inclui várias abordagens qualitativas, como observação participante em eventos do MTD, entrevistas semiestruturadas com membros do movimento e análise de documentos. As entrevistas foram conduzidas por videoconferência devido às restrições da covid-19, enquanto as atividades de campo foram coordenadas com precauções sanitárias.

A estrutura do artigo compreende uma revisão bibliográfica breve, seguida pela caracterização do contexto social e político do MTD em Belo Horizonte. Em seguida, são descritas e analisadas as práticas solidárias desenvolvidas pelo movimento durante a pandemia, com base na observação participante e nas reflexões dos indivíduos envolvidos. Por fim, são apresentadas considerações finais para sintetizar as principais reflexões do estudo.

TRAJETÓRIAS DE UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA, NA CIDADE

Os estudos conhecidos como antropologia da política, consolidados como uma linha de pesquisa nos anos 1990, e as pesquisas precursoras de antropologia urbana nas periferias de São Paulo na década de 1980 são fundamentais para este artigo, já que abordaram a organização e mobilização políticas das classes populares no Brasil.

Pesquisas etnográficas desempenharam um papel crucial ao analisar a mobilização das classes populares durante o surgimento dos “novos movimentos sociais” na década de 1980, destacando trabalhos como *A máquina e a revolta*, de Alba Zaluar (1985), e *A política dos outros*, de Teresa Caldeira (1984), influenciados pelas pesquisadoras precursoras Eunice Durham e Ruth Cardoso, respectivamente.

No contexto da redemocratização do Brasil, a antropologia *da* política emergiu como

uma nova abordagem nas pesquisas antropológicas, focando nas dimensões políticas da vida social em contextos etnográficos contemporâneos. A política é discutida a partir das perspectivas nativas, considerando suas concepções, experiências e mobilizações cotidianas (Goldman, 2006).

Dentre os contextos etnográficos pesquisados por essa abordagem, a partir da década de 1990 foram produzidas etnografias em torno de campanhas e processos eleitorais (Barreira, 1998a, 1998b, 2006; Chaves, 1996, 2003; Heredia, 1996; Goldman; Sant’Anna, 1996; Palmeira, 1992, 1996, 1998), interação entre partidos, candidatos e movimentos sociais (Goldman, 2006), corrupção, trocas de favores e violências eleitorais (Bezerra, 1993, 1994; Villela, 2004) e a atuação de mandatos parlamentares em espaços legislativos (Kuschnir, 2007a; Teixeira, 2002a, 2002b).

No entanto, as pesquisas em torno da chamada antropologia *da* política não se limitaram aos contextos etnográficos envolvendo eleições e mandatos políticos, mas também discutiram a atuação e percepção desses sujeitos políticos em torno da atuação de organizações populares em uma nova conjuntura de redemocratização. Destacam-se os estudos sobre representações sobre a política por parte de lideranças sindicais (Comerford, 1999, 2003), líderes comunitários (Barreira, 2001) e militantes de movimentos sociais (Chaves, 2002). Nesse cenário, algumas das reflexões que historicamente foram feitas pela pesquisa antropológica brasileira foram retomadas, tratando de categorias etnográficas (e políticas) acionadas por esses grupos, como *luta* e *família*.

A categoria *família* se revela como força motivadora, capaz de unificar pessoas em torno de um projeto coletivo mais amplo de mudanças sociais, e parte do repertório simbólico do MST (Chaves, 2002), organização que se tornou referência para movimentos populares rurais e urbanos. A construção da identidade sem-terra está baseada na luta pela terra como forma de garantir a unidade e a continuidade da família, explicitada inclusive em importantes símbolos do movimento, como sua bandeira.

Em *Fazendo a luta* (1999), John Cunha Comerford trata dos resultados de pesquisas realizadas entre 1990 e 1998 junto a trabalhadores rurais organizados em associações sindicais no Rio de Janeiro, na Bahia e em Minas Gerais. A categoria *luta*, assim como discute o autor, assume diversos significados compartilhados por esses grupos: como forma de caracterizar o cotidiano dos pobres – a *luta* cotidiana –, mas também como tradução para um contexto de conflitos, sejam eles envolvendo disputas locais entre camponeses e proprietários, sejam eles envolvendo um sentido mais amplo de ações e discursos em torno da defesa da categoria (Comerford, 1999).

Enquanto as décadas finais do século XX foram marcadas pela intensa produção acadêmica sobre os “novos movimentos sociais” nas periferias urbanas brasileiras, o século XXI tem visto análises etnográficas focadas em um tipo significativo de ativismo contemporâneo: os movimentos urbanos por moradia (Pinheiro-Machado; Alegria; Bulgarelli, 2020). Estes

movimentos se destacam pela ocupação de terrenos e edifícios abandonados, sendo estudados por pesquisadores brasileiros (Aquino, 2009, 2015; Bolonha, 2018; Dias de Andrade, 2010; Paterniani, 2013), especialmente em relação ao “caráter polissêmico, situacional e relacional das categorias associadas a este repertório de engajamento” (Pinheiro-Machado; Alegria; Bulgarelli, 2020, p. 7).

Nesse sentido, tais pilares teóricos são essenciais para uma reflexão etnográfica sobre as representações e práticas políticas dos movimentos populares em contextos urbanos e periféricos, contribuindo para uma antropologia urbana *da* política. Um aprendizado crítico dos antropólogos brasileiros é que devemos partir da premissa básica em nossos estudos: “a categoria política é sempre etnográfica” (Peirano, 1998).

SENTIDOS E PRÁTICAS POLÍTICAS EM TORNO DA SOLIDARIEDADE

O conceito de solidariedade está associado a uma variedade de valores éticos, religiosos, morais e político-ideológicos. Apesar de muitas vezes ser considerado neutro, Marilena Jamur (2005) argumenta que a concepção de solidariedade amplamente difundida e compartilhada resulta de uma longa disputa em torno da interpretação e aplicação dos princípios de liberdade e igualdade, envolvendo diferentes forças sociais.

Conforme Jamur (2005) avalia, as experiências históricas da sociedade humana são geralmente descritas por duas formas de vínculo social: as tradicionais e as modernas, associadas respectivamente a dois tipos de sociabilidade: primária e secundária. Os vínculos sociais tradicionais, caracterizados pela sociabilidade primária, estão relacionados a uma noção de solidariedade que remonta a duas tradições intelectuais do mundo mediterrâneo antigo com forte componente moral: o estoicismo e o cristianismo primitivo.

A solidariedade moderna, por outro lado, tem suas raízes no direito romano, onde era definida como uma espécie de contrato, com obrigações mútuas entre credores e devedores, sendo um dos princípios fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas modernos de proteção social. Essas duas formas de sociabilidade, no entanto, coexistem na sociedade contemporânea (Jamur, 2005).

Émile Durkheim (2004) é reconhecido como um dos principais teóricos que discutiram o vínculo social e a solidariedade do ponto de vista sociológico. Embora a solidariedade seja um tema central na obra do sociólogo francês, a teoria da dádiva, proposta pelo seu sobrinho, Marcel Mauss, atualiza e amplia esse conceito, focando nas relações de troca.

O legado de Mauss continua a ser amplamente discutido nas Ciências Sociais,

influenciando estudos contemporâneos sobre solidariedade e alianças sociais (M.A.U.S.S., 1981). O sociólogo francês Alain Caillé (2002), expoente desta crítica contemporânea, sugere que a dádiva poderia ser um terceiro paradigma nas Ciências Sociais, como uma alternativa às teses dominantes do individualismo e do holismo.

Caillé argumenta que esses paradigmas hegemônicos não explicam adequadamente a complexidade da vida social: enquanto o individualismo metodológico reduz os fenômenos sociais às escolhas egoístas dos indivíduos, o holismo vê as ações individuais e coletivas como uma manifestação de uma totalidade social pré-existente. Martins (2016) observa que a leitura contemporânea da dádiva permite novos entendimentos das práticas solidárias atuais, diferenciando o conceito de dádiva da ideia comum de caridade religiosa, especialmente no Brasil, onde a dádiva é frequentemente associada à caridade cristã.

Nas comunidades urbanas e periféricas, os significados atribuídos à solidariedade são complexos e estão profundamente ligados à formação de coletividades locais. A Antropologia Brasileira tem observado e discutido esses sentimentos e redes solidárias desde os primeiros estudos sobre antropologia urbana. Nos estudos clássicos desenvolvidos por Teresa Caldeira (1984), Alba Zaluar (1985), Eunice Durham (1986) e Cynthia Sarti (2003), a solidariedade é identificada como um elemento essencial nas ações e na visão de mundo dos grupos populares.

A solidariedade é percebida não apenas como redes de apoio e compartilhamento, mas também como um valor político importante na formação de identidades em movimentos populares, como discutido por Comerford (1999) e Chaves (2002) em seus estudos sobre sindicatos rurais e movimentos de trabalhadores sem-terra. Pesquisas contemporâneas, como as de Dias de Andrade (2010) e Aquino (2009, 2015), também exploram como a solidariedade se manifesta nas mobilizações urbanas no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, a pesquisa antropológica sobre solidariedade em contextos urbanos e periféricos têm contribuído para uma reflexão ampla e diversificada sobre a formação de alianças, identidades e coletividades. Sob essa perspectiva, este artigo buscará explorar as concepções e práticas de solidariedade, considerando-as não como um valor universal, mas como uma categoria etnográfica vivida no cotidiano dos membros do MTD na Pedreira Prado Lopes.

SOLIDARIEDADE: NARRATIVAS POLÍTICAS E MORAIS NA PANDEMIA

As entrevistas conduzidas com os coordenadores municipais do MTD e os militantes de base da organização na *Pedreira* tinham como propósito ouvir as histórias e perspectivas dessas pessoas – que contribuem ativamente para o movimento através de suas atividades diárias –

sobre os temas desta pesquisa, especialmente em relação aos desafios enfrentados durante a pandemia de covid-19.

As entrevistas revelaram interpretações diversas do conceito de solidariedade. Para os militantes de base, a solidariedade está ligada a um forte código ético e moral, especialmente em um contexto de crise severa, marcado pelo aumento de mortes, fome e desemprego. Por outro lado, os coordenadores estão preocupados em diferenciar as práticas solidárias do MTD do “assistencialismo” promovido por outras iniciativas, refletindo uma disputa evidente de narrativas políticas e morais sobre os significados da solidariedade durante a pandemia.

Mariana, uma das coordenadoras do MTD e da Ocupação Pátria Livre, destaca que enquanto alguns residentes veem a solidariedade através de um prisma profundamente moral, doando para aqueles que “mais precisam” ou que estão em situação de necessidade, os coordenadores do movimento buscam uma abordagem política de classe, argumentando que todos são trabalhadores. No entanto, como observado durante uma das reuniões do grupo de base, não há consenso entre os militantes sobre quem são aqueles que realmente necessitam de ajuda.

O debate interno sobre a solidariedade dirigida às pessoas em situação de rua ilustra a complexidade e diversidade de interpretações compartilhadas pelas pessoas envolvidas no movimento em seu dia a dia. Enquanto as lideranças do movimento defendem que as ações solidárias devem se limitar aos casos de extrema miséria, reconhecendo que doações e iniciativas para este grupo não resultam necessariamente em fortalecimento organizacional, alguns moradores militantes apoiam a solidariedade aos sem-teto, argumentando que eles enfrentam extrema necessidade. Contudo, há também críticas a essas ações entre os militantes de base, rotulando algumas dessas pessoas em situação de rua como “vagabundos noiados”.

Conflitos e impasses surgiram nos debates dos grupos de base sobre o destino das doações realizadas pelo movimento na *Pedreira*, especialmente devido à redução das contribuições recebidas pelo MTD. Houve relatos de desaprovação em relação às ações voltadas para pessoas em situação de rua, principalmente as usuárias de drogas, além de discussões e “picuinhas” sobre quais famílias teriam ou não o direito às doações.

Marcel Mauss (2003) discute que a dádiva está relacionada a uma base moral. Nesse contexto, a expectativa de reciprocidade cria uma tensão latente, pois, embora seja um sistema de troca obrigatória, também carrega um caráter voluntário e, ao mesmo tempo, é interessado e desinteressado. Assim, a formação de alianças ou conflitos pode ser mediada pela circulação (ou não) de bens, tanto materiais quanto simbólicos.

Em uma reunião do grupo de base, por exemplo, foi observado que a falta de envolvimento nas atividades do MTD por alguns membros – que também recebiam cestas básicas doadas pelo movimento – gerou forte reprovação moral por parte de outros militantes. Uma moradora presente destacou: “Só ganhar não adianta, tem que somar!”, referindo-se à ausência de reciprocidade no compromisso de apoiar e participar das ações, mesmo que isso não seja uma

exigência para integrar o grupo de base.

Sarti (2003), em seu estudo sobre a moralidade das populações pobres de São Paulo, reflete que o código de reciprocidade compartilhado por esses grupos está vinculado a um sistema de classificação baseado em lógicas de oposição e diferenciação entre os indivíduos, o que contribui para a construção de identidades sociais. Dessa maneira, como verificado em entrevistas e observações de campo, a solidariedade, a inveja e o conflito moral coexistem em contextos marcados por profundas desigualdades sociais.

Para Marcos, um dos coordenadores mais experientes do movimento em Belo Horizonte, distingue as ações solidárias promovidas pelo MTD daquelas que considera como “assistencialismo”. Ele argumenta que o debate sobre solidariedade nos grupos de base está fundamentado na avaliação política de que, desde o golpe contra a presidente Dilma Rousseff, as condições de vida dos mais pobres têm se deteriorado. Para ele, garantir benefícios econômicos para a comunidade não deve ser visto como assistencialismo.

A gente entende que fazer com que o movimento leve alguns benefícios econômicos isso é uma *política de solidariedade* e não um assistencialismo por si só. A gente não quer fazer igual a Igreja ou igual a cabos eleitorais que dá a cesta básica ali, depois cobra o voto. A gente quer que as pessoas se envolvam no processo do *grupo de base*, que ela tenha frequência, que elas lutem pela reabertura da UMEI, que elas lutem contra a PEC aí da Reforma Administrativa... (Marcos, agosto de 2021).

Solidariedade significa estabelecer relações de confiança mútua, não apenas entre coordenadores do MTD e militantes dos grupos de base, mas também entre esses militantes e os moradores locais, além de potenciais novos integrantes na *Pedreira*. Ele enfatiza que essa abordagem está ligada a uma estratégia política mais ampla do movimento, que visa construir um movimento de massa através do trabalho de base.

Apesar de haver algumas opiniões divergentes, ficou evidente um consenso entre os *militantes* quanto à necessidade de “ir além” das simples doações. Isso significa envolver a população pobre e periférica na organização, conscientização e luta política, o que em certa medida coincide com os objetivos políticos da *política de solidariedade* do MTD.

A política de solidariedade do movimento foi desenvolvida com base nas experiências acumuladas durante sua atuação nas periferias urbanas do Brasil e nas reflexões de outras organizações populares e pensadores marxistas. Criada antes da pandemia de covid-19, esse documento funciona como um guia para os coordenadores do MTD em todo o país.

O movimento apresenta uma visão abrangente de solidariedade, considerando três dimensões principais: a espontânea, a de classe e a internacional. A primeira se refere às iniciativas de apoio mútuo entre amigos, vizinhos e familiares de um mesmo território. Essas ações costumam atender às necessidades cotidianas, como mutirões para reformas, cuidados com crianças para que os pais possam trabalhar, ou doações de roupas e alimentos para os mais vulneráveis.

A segunda dimensão, a solidariedade de classe, está relacionada a um projeto político que visa transformar a sociedade por meio da luta e organização da classe trabalhadora, funcionando como um valor que norteia uma prática política. Já a terceira dimensão, a solidariedade internacional, está conectada a um projeto político global, onde práticas de cooperação entre países ocorrem em várias áreas, seja social, política, econômica ou militar.

A política de solidariedade do movimento defende a necessidade de integrar essas três dimensões no diálogo e na organização das populações pobres e periféricas. O objetivo seria promover ações políticas fundamentadas no valor e na prática da solidariedade, visando restabelecer e fortalecer laços de confiança entre “organizações revolucionárias” – aquelas comprometidas com a ruptura da ordem social capitalista atual – e a população local. Além disso, a política propõe organizar e fomentar a luta social, tanto para resistir à realidade atual quanto para construir uma nova sociedade, não apenas na Pedreira Prado Lopes ou no Brasil, mas em escala global.

Conforme descrito na política de solidariedade, os coordenadores do MTD entrevistados em 2021 enfatizaram a necessidade de distinguir a solidariedade do “assistencialismo”. A proposta aponta para uma crítica histórica de organizações políticas de esquerda em relação a ações chamadas “assistenciais”, que são vistas como uma forma populista de política baseada em práticas solidárias, mas sem promover um processo de formação e organização política que permita a transformação daquela situação em uma nova realidade social. O movimento procura se posicionar de forma a marcar a diferença entre essas abordagens:

[...] entende que fazer com que o movimento leve alguns benefícios econômicos isso é uma *política de solidariedade* e não um assistencialismo por si só. A gente não quer fazer igual a Igreja ou igual a cabos eleitorais que dá a cesta básica ali, depois cobra o voto. A gente quer que as pessoas se envolvam no processo do *grupo de base*, que ela tenha frequência, que elas lutem pela reabertura da UMEI, que elas lutem contra a PEC aí da Reforma Administrativa... (Marcos, agosto de 2021, grifo nosso).

Após acompanhar diversos eventos do MTD, como ações de solidariedade e reuniões do grupo de base, torna-se evidente que as diretrizes previstas no documento foram utilizadas como referência na organização das iniciativas na *Pedreira*. Essa identificação se reflete em aspectos como a atenção aos detalhes das ações solidárias – desde a decoração do local, a distribuição de materiais informativos, até o envolvimento e protagonismo de lideranças locais –, além da definição do tipo de ação de solidariedade a ser realizada.

Conforme destacado em vários trechos da proposta do MTD, a construção de ações solidárias deve ser contínua, ou seja, não se restringe a situações emergenciais, como as impostas pela pandemia de covid-19. De acordo com o documento de referência do movimento, é recomendável que essas ações sejam permanentes – ainda que simples e de pequeno porte – para fortalecer constantemente a organização local e a confiança entre os membros do grupo organizador.

A visão de solidariedade promovida pela coordenação do Movimento está intrinsecamente ligada ao contexto de ação política. Como afirma Marcos: “A solidariedade é um instrumento, uma ferramenta de organização e conscientização da classe trabalhadora”. A política de solidariedade, no entanto, não visa substituir o papel do Estado na prestação de serviços públicos ou na garantia de direitos fundamentais, mas sim reforçar a consciência da população sobre a importância de reivindicar e defender seus direitos.

Mariana, ao ser questionada na entrevista sobre a avaliação do movimento durante a pandemia, destacou que o sucesso da política de solidariedade está diretamente ligado ao progresso na conscientização, organização e mobilização dos moradores daquela comunidade:

Quando a gente vai numa reunião desse *grupo de base*, que tá aí com vinte e cinco pessoas discutindo e as discussões são muito boas, né? Discussões de políticas e eles tão numa compreensão muito forte. E uma compreensão já maior de quem a gente quer na verdade aproximar, a gente quer que sejam pessoas que possam contar com a gente, que a gente também possa contar com elas pra luta, né? (Mariana, agosto de 2021).

Em uma relação de troca, a coordenação do movimento espera uma reciprocidade na forma de engajamento na *luta*. A política de solidariedade estabelece que as ações solidárias devem resultar em ganhos organizativos, ou seja, contribuir para o aumento da conscientização sobre a análise da realidade e a organização dos trabalhadores em torno de um projeto político que vise transformar essa realidade. Conforme descrito no último passo para a construção das ações de solidariedade – “organizar para a luta” –, esse processo contínuo de criação de laços de confiança deve incentivar a realização de lutas locais que estejam conectadas às lutas políticas mais amplas.

Rosângela, militante do MTD e líder comunitária na *Pedreira*, valoriza a iniciativa e a união dos movimentos nas campanhas de solidariedade na comunidade, mas discorda da concepção amplamente difundida pelo senso comum de que a solidariedade seja uma característica intrínseca das comunidades periféricas. Durante a entrevista, ao abordar esses processos diários de solidariedade, Rosângela adota uma visão realista:

Ah, “porque na favela é assim, onde come um, come dez”. Mentira! É mentira, sabe? Então tem muitos mitos. Claro que há uma solidariedade sim, mas muito mais entre amigos. [...] Tem uns mitos sobre comunidade que as pessoas falam, de tanto falar, vira verdade. Traficante não dá nada pra morador de favela se não for alguma coisa em troca, entendeu? Eu tô te ajudando, então cê vai guardar minha droga aqui pra mim, fi. Entendeu? (Rosângela, agosto de 2021).

Ela menciona alguns fenômenos sociais que contribuíram para a falta de coesão e solidariedade entre os moradores da *Pedreira*. Segundo Rosângela, em concordância com o que Mariana destacou em sua entrevista, os programas governamentais de urbanização reduziram drasticamente a população da *Pedreira* e tiveram impactos negativos nas relações comunitárias

e de vizinhança. Além disso, ela destaca as divisões territoriais dentro da *Pedreira*, que incluem distâncias e características geográficas no bairro, mas também estão ligadas aos territórios influenciados por facções envolvidas no tráfico de drogas.

No entanto, Rosângela destaca que as campanhas e iniciativas solidárias promovidas pelos movimentos trouxeram um “sentimento de ajuda e solidariedade” para a comunidade, embora não sejam necessariamente percebidos na vida cotidiana da favela. Ela menciona várias ações individuais de solidariedade organizadas por moradores da *Pedreira*, sugerindo que esse “sentimento” está presente na comunidade, embora suprimido pelas condições sociais extremamente precárias.

A vida de Rosângela não é marcada apenas por sua forte militância política na *Pedreira*, mas também por sua ligação profunda com a *igreja*. Considerada rebelde nesses espaços, Rosângela deixou de frequentar sua igreja em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff – apoiado por muitas das principais lideranças das igrejas neopentecostais no Brasil.

Segundo a militante, a esquerda “fala apenas para si mesma”, enquanto a igreja conseguiu conquistar seus fiéis com um discurso que atinge uma parcela significativa das periferias, como a *Pedreira*. Após três anos do governo Bolsonaro, Rosângela percebe que o apoio ao presidente diminuiu, apesar da influência do discurso religioso na formação da percepção política das classes mais pobres.

Após o primeiro ano de pandemia, houve uma diminuição nas doações recebidas para as iniciativas de solidariedade do MTD, conforme relatado em entrevistas e reuniões dos grupos de base. Esse período coincidiu com as campanhas eleitorais de 2020. Embora não haja uma correlação direta entre essas duas situações, o fato entristeceu e incomodou profundamente Rosângela, pois isso parecia confirmar sua tese: quando a visibilidade diminui, as doações também diminuem.

Apesar das críticas em relação à ênfase do movimento na visibilidade de suas ações solidárias, Rosângela elogiou a postura do MTD durante o período eleitoral. Conforme mencionado por Mariana, o movimento não identificou as fontes das doações recebidas por políticos e pré-candidatos, mesmo quando as lideranças envolvidas eram parceiras do movimento.

Embora exista um desconforto moral e político em relação aos possíveis interesses políticos por trás das *ações de solidariedade*, Rosângela reconhece que os moradores lidam com essas situações com pragmatismo – afinal, “os moradores de favela não são ingênuos, certo?”.

Ele [favelado] não liga pra isso não, ele não tem esse escrúpulo não, sabe? Mas aí o povo acha que tá fazendo ele de bobo. Mas ele está percebendo... Ele está percebendo e ele está aproveitando disso (Rosângela, agosto de 2021).

Rosângela expressou um profundo afeto e contentamento por participar ativamente do Café Solidário, uma iniciativa na qual esteve intensamente engajada desde o seu início. Apesar

de discordar em alguns pontos das avaliações da coordenação do movimento sobre as doações destinadas à população em situação de rua, Rosângela também observa que houve um aumento no número de moradores envolvidos nessas atividades promovidas pelo MTD.

Segundo Caldeira (1984), em sua pesquisa com comunidades periféricas de São Paulo, a solidariedade se destaca como um sentimento forte entre os moradores, associada a valores nobres atribuídos aos “pobres”, em contraste com os defeitos morais percebidos nos “ricos”, como mesquinhez e egoísmo. Zaluar (1985), ao estudar organizações populares na periferia do Rio de Janeiro, concluiu que a solidariedade e a construção de identidades comuns emergem, sobretudo, no ambiente residencial, entre familiares e vizinhos, embora também coexistam com conflitos, fofocas e inveja.

Nesses contextos etnográficos, portanto, a solidariedade, nascida de carências materiais, está associada à preocupação com a “união” entre os moradores. O fracasso e o conflito são vistos como consequências da desunião e da falta de senso coletivo. Portanto, a solidariedade, nessas realidades, é um conceito abrangente, que envolve redes de apoio mútuo e compartilhamento de bens, sem se dissociar do processo de construção de relações e de uma visão de mundo, ambos carregados de um forte conteúdo moral.

Wesley, que já viveu na favela e agora é professor de História e militante do MTD, discutiu o conceito de *comunidade* nas favelas como a *Pedreira*, relacionando-o ao que outros participantes da pesquisa definiram como solidariedade. Para ele, esse conceito vai além de descrever apenas as condições precárias de moradia dos moradores das favelas.

Vai muito além de barracos e de pessoas morarem em becos, porta com porta. O conceito de *comunidade* é de dividir a comida, é do filho e do fulano de tal tá trabalhando, os filho dele tá lá sozinho, pro Conselho Tutelar não ir lá buscar, o vizinho toma conta. É aquele negócio do “corre o olho”, “corre o olho nos meus menino aí pra mim, que eu tô trabalhando o dia inteiro”. E a gente foi criado assim, nesse conceito de *comunidade* (Wesley, agosto, 2021, grifo nosso).

Ele se aproximou do MTD através das atividades de solidariedade na *Pedreira* durante a pandemia, uma oportunidade para se envolver em trabalho social em sua comunidade de origem. Embora Wesley apoie as ações de solidariedade como a distribuição de cestas básicas, ele compreende o raciocínio dos moradores que questionam essa dependência. Segundo ele, esses moradores expressam a ideia de que “não querem que a comunidade dependa de cestas básicas”, uma posição que ele considera válida. No entanto, reconhece que as doações são essenciais no contexto atual enfrentado pelas populações pobres e periféricas.

E cê fala assim: Cesta básica é esmola? Não, não é. Só que a cesta básica significa o quê? Que o país tá numa situação tão ruim, mas tão ruim, que tá sendo necessário a *caridade* de um grupo, entendeu? (Wesley, agosto de 2021, grifo nosso).

O termo *caridade* é usado aqui de maneira semelhante a como Wesley discutiu o

conceito de *solidariedade* em outras ocasiões. Isso não implica, no entanto, que sejam vistos como sinônimos, mas sim que a solidariedade pode ser vista também como um ato de caridade – de ajuda mútua, de comunidade – em momentos de necessidade e emergência social, sem necessariamente estar ligada à construção de um projeto político específico.

Essa visão dos militantes sobre o significado da solidariedade revela a presença de uma referência moral ligada à ideia de doação desinteressada, ou “ágape”, conforme discutido por Caillé (2000), fortemente conectada a valores religiosos. No entanto, embora a solidariedade nem sempre seja impulsionada por uma finalidade política, os militantes concordam sobre a importância de “ir além” das simples doações – ou seja, engajar a população na organização, conscientização e luta políticas, alinhando-se com os princípios defendidos pelo MTD.

Diante do contexto de intensificação da crise social, política, econômica e sanitária, Wesley considera as ações de solidariedade essenciais como um ato emergencial – um “ato de salvação” diante do aumento da fome.

“As pessoas se envolveram com o MTD não apenas por causa da estrutura organizacional, mas também para ajudar os outros, para acabar com a fome!”, observa o professor de História. Nesse sentido, ele resgata sua reflexão sobre o conceito de comunidade – um sentimento de solidariedade e compromisso latente na periferia, algo muito marcante em sua juventude na *Pedreira*.

Eu vejo sim que as pessoas, elas se engajaram na questão da solidariedade, assim, de uma forma que hoje eu fico feliz demais quando eu vou pra lá em algumas ações, igual na distribuição da cesta, que eu vejo o pessoal distribuindo a cesta numa alegria e **isso é solidariedade**: Cê tá alegre não por você estar recebendo, mas por você estar doando algo que vai ajudar a matar a fome de alguém (Wesley, agosto de 2021, grifo nosso).

Diante das severas repercussões sociais, políticas, econômicas e sanitárias da pandemia, Cíntia avalia que, sem o auxílio e suporte dos parceiros, a situação poderia ter sido ainda pior naquela área. Como moradora e coordenadora da Ocupação Pátria Livre, ela reconhece a contribuição das organizações aliadas durante esse período desafiador, expressando gratidão por essas entidades. Além disso, enfatiza que além das doações, o MTD desempenhou um papel crucial na conscientização da comunidade, indo de casa em casa para informar sobre os riscos da covid-19 e medidas preventivas.

Para Cíntia, as iniciativas solidárias conduzidas pelo MTD e seus parceiros geraram um senso compartilhado de solidariedade entre os militantes, como se essas ações pudessem reavivar valores essenciais nas pessoas daquela comunidade periférica – um sentimento também identificado por Rosângela e Wesley em suas entrevistas. Segundo ela, esse sentimento possui um grande potencial para mobilizar politicamente a população:

Porque é dando que se recebe, é ajudando o próximo que eu vou conseguir que um país melhora. Não vai ser a política que vai fazer o meu país melhorar! Vai ser eu, *povo*,

you, Author, *povo*, que vai fazer com que as pessoas se estrutura e consegue mudar esse país. Porque nós não somos assistido por governo, nós não fomos assistidos pelo Presidente, nós não fomos assistidos pelo Prefeito. Nós fomos assistido no momento de pandemia não só a Ocupação Pátria Livre, como a Pedreira Prado Lopes, pelos movimentos sociais, pelos *parceiros* desse movimento (Cíntia, setembro de 2021, grifo nosso).

Na visão de Cíntia, o alcance desse sistema de trocas em torno das iniciativas de solidariedade é abrangente: a melhoria das condições de vida dos residentes de comunidades pobres e periféricas ocorrerá como resultado e reciprocidade das ações solidárias de cada indivíduo. Assim, as ações de solidariedade têm o potencial de fortalecer e expandir essa rede de trocas em prol do bem comum e coletivo, através do comprometimento e engajamento moral (e político) dos participantes. Nesse contexto, as visões de Cíntia ecoam os pensamentos de Paulo Henrique Martins (2013) sobre as capacidades da troca para conceber uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A percepção da ativista reitera uma narrativa proeminente nos discursos dos militantes e coordenadores do MTD, associada à ideia de “nós por nós”. Diante da falta de ação dos governos, parlamentos e indivíduos de classes mais privilegiadas, resta à população se organizar e, através da união e solidariedade, enfrentar os períodos difíceis. Além disso, esses valores compartilhados pelos menos favorecidos – vistos como nobres e moralmente positivos por eles mesmos – podem contribuir para desmentir certas representações e estigmas negativos associados às comunidades periféricas:

E a gente sabe que dentro da *Pedreira* existe pessoas com grande capacidade, existe pessoas que podem ter potencial de ir além, sabe? Do que a marginalidade, a criminalidade oferece. E a gente sabe que hoje essas pessoas elas tão aprendendo, muitas pessoas tão sendo assistida e tão aprendendo se valorizar. Porque a mídia coloca muito quando a gente vai pra rua fazer uma manifestação pacífica, se dá uma briguinha você fala que a gente está ali levando agressividade, levando a confusão. Mas a mídia, ela não mostra pro Brasil, não mostra pro mundo que os movimentos sociais reeduca um ser humano (Cíntia, setembro de 2021).

O discurso de Cíntia enfatiza sua visão humanista dos movimentos sociais, os quais ela percebe como capazes de remodelar e impactar os indivíduos através de práticas coletivas e valorização da humanidade, em contraposição à desumanização enfrentada por populações vulneráveis em contextos de extrema carência social. Em sua entrevista, ela destacou relatos que ilustram a expressão de valores éticos e humanos nas atividades do MTD, indo além do aspecto material e emergencial das ações solidárias.

Seguindo a teoria de Marcel Mauss, nesse intrincado sistema de trocas não circulam apenas cestas básicas, compromissos políticos e lutas, mas também envolvem afetos, cuidados, empatia, respeito e lealdade. Cíntia valoriza uma abordagem do movimento que não se restringe à resolução de demandas tangíveis e materiais, mas que também engloba o suporte mútuo e a construção de relações confiáveis. Esses valores, fortemente ligados à ideia de comunidade,

foram fundamentais para atrair sua atenção ao longo de sua trajetória no movimento.

A coordenadora da Ocupação Pátria Livre avalia que, diante da crise atual e de um sentimento de pessimismo em relação ao futuro, é o apoio e a solidariedade entre os movimentos que possibilitam manter alguma esperança e valor pessoal. Cíntia reflete sobre como amadureceu significativamente após se envolver com o movimento social, tanto politicamente quanto pessoalmente, especialmente no aspecto de ajudar o próximo.

Apesar das incertezas, ela acredita no potencial transformador do povo brasileiro. Alinhada aos princípios da política de solidariedade do MTD, Cíntia percebe que as iniciativas solidárias do movimento têm o poder de incentivar a unidade e a mobilização política.

Então se ele [*povo brasileiro*] conseguiu com essa pandemia se reunir e entender pouco mais sobre a ação solidária, ele consegue ter potencial de entender além das ações solidária e de entender que o *povo* ele tem o direito de exercer o direito de ser brasileiro, o direito de ser cidadão e reivindicar os direitos (Cíntia, setembro de 2021, grifo nosso).

O sonho de Cíntia é um esforço compartilhado com parceiros e militantes, concebido para operar como uma família unida – um núcleo que representa suas convicções morais, políticas e comunitárias essenciais. Ela se preocupa diariamente com questões como a falta de moradia para seus filhos, a falta de acesso à educação para os filhos da comunidade e a falta de comida para os filhos de todo o Brasil. Os filhos simbolizam, portanto, um futuro aspiracional para a *Pedreira* e para o Brasil, desde que tenham as oportunidades necessárias para desenvolver todo o seu potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias compartilhadas por esses militantes nas entrevistas não apenas lembraram experiências pessoais de luta e solidariedade, mas também abriram perspectivas diversas sobre o mundo em que vivem. Essas percepções estão enraizadas em categorias nativas que guiam os membros do MTD ao discutir suas vivências e avaliações – tanto morais quanto políticas – ao participarem das iniciativas organizadas pelo movimento durante a pandemia da covid-19.

Essas iniciativas abrangem um campo de ações e mobilizações coletivas baseadas na estratégia da coordenação do movimento, conhecida como política de solidariedade. Nesse contexto, a solidariedade não é apenas um valor orientador das práticas do movimento, mas também uma forma de ação política e organizativa. As ações de solidariedade envolvem uma variedade de narrativas e práticas em torno de um projeto político específico.

Durante a pesquisa empírica, também foram identificadas visões diversas sobre os objetivos e motivações das ações de solidariedade na *Pedreira*, incluindo diferentes

interpretações sobre a proposta de política de solidariedade do movimento. Enquanto os coordenadores buscam estabelecer uma relação de reciprocidade política através da promoção da solidariedade, os militantes entrevistados veem as doações como uma resposta a emergências sociais e necessidades imediatas. Portanto, para eles, essa “ajuda” não está e nem deveria estar vinculada a objetivos ou interesses político-ideológicos, mas sim a um senso ético comunitário e humanista.

As ações de solidariedade são reconhecidas como ações políticas pelos membros do movimento, além de serem vistas como demonstrações de apoio mútuo e assistência aos mais necessitados. As reflexões captadas nas entrevistas são pessoais e individuais, mas também refletem um esforço coletivo e em construção dentro do movimento.

Essas iniciativas solidárias fortalecem ou estabelecem vínculos políticos dos militantes com o MTD, ao mesmo tempo em que geram críticas, análises e avaliações sobre a atuação do movimento. Esse contexto envolve debates internos não apenas sobre como conduzir as ações de solidariedade, mas também sobre os rumos que o movimento deve seguir.

A análise das narrativas em torno das ações solidárias revelou potenciais políticos e morais ligados à solidariedade. Durante a pandemia, com a intensificação de uma grave crise social e econômica, e a necessidade de resistência e sobrevivência, essas ações solidárias demonstraram uma capacidade significativa de mobilização comunitária.

As ações de solidariedade e as lutas emergem como expressões de um compromisso moral e político com a *Pedreira*. A construção de legitimidade e confiança política ocorre através desses momentos em que o MTD busca implementar seu projeto político através de um processo envolvendo base e coordenação do movimento. As divergências internas sobre conceitos e práticas solidárias refletem nuances do processo de construção interna de um movimento social, no qual as ideias sobre solidariedade estão intrinsecamente ligadas a um ideal compartilhado de coletividade – seja uma ocupação, uma organização política ou uma comunidade.

REFERÊNCIAS

1. AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
2. AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A luta está no sangue**: família, política e movimentos de moradia em São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

3. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Eleições sob o olhar da Antropologia da Política. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 31., 2018, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: ABA, 2018. Disponível em: <https://anais.rba.abant.org.br/31rba/trabalho?trabalho=2138>. Acesso em: 11 jul. 2025.
4. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. v. 2. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1998.
5. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Entre mulheres**: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Annablume, 1998.
6. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Política, oral e cidadania no contexto de atores sociais urbanos. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 32, n. 1/2, p. 41-52, 2001.
7. BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Representações sobre a política entre lideranças populares: limites e potencialidades de uma ferramenta conceitual. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 24, p. 767-796, 2009.
8. BEZERRA, Marcos Otávio. **A prática da corrupção no Brasil**: um estudo exploratório de antropologia social. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
9. BEZERRA, Marcos Otávio. Bases sociais da prática da corrupção no Brasil: Reflexões a partir da análise de “Dois casos de corrupção”. **Anuário antropológico**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, p. 241-289, 1994.
10. BEZERRA, Marcos Otávio. Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 64-80, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/21942>. Acesso em: 28 fev. 2025.
11. BOLOGNA, Paula Cristina Corrêa. **Narrativas, “espaço” e dádivas**. A conformação de um Movimento de luta por moradia. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
12. BOLOGNA, Paula. **Narrativas, “espaço” e dádivas**. A conformação de um Movimento de luta por moradia. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
13. CAILLÉ, Alain. Antropologia do dom: o terceiro paradigma. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
14. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
15. CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. *In* : PEIRANO, Mariza. **O Dito e o Feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

16. COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta**: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da Política, 5).
17. COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**. Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
18. DENÚNCIA do CNS e CNDH à ONU mostra que negros morreram cinco vezes mais de covid-19 que brancos. **Conselho Nacional de Saúde**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/novembro/denuncia-do-cns-e-cndh-a-onu-mostra-que-negros-morreram-cinco-vezes-mais-de-covid-19-que-brancos>>. Acesso em: 1 dez. 2021.
19. DIAS DE ANDRADE, Inácio de Carvalho. **Movimento social, cotidiano e política**: uma etnografia da questão identitária dos sem-teto. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
20. DURHAM, Eunice. A Sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, p. 84-99, 1986.
21. DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
22. FAMÍLIAS Ocupam Prédio em comunidade de BH e denunciam programa habitacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/13181>. Acesso em: 1 abr. 2019.
23. FASE RIO DE JANEIRO. La pandemia desde las favelas: desigualdades e injusticias en Río de Janeiro. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (ed.). **Alerta Global**. Política, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia. Versión digital. Buenos Aires: CLACSO; Lima: ALAS, 2020. p. 123-132.
24. FIENGO, Carlos. América Latina sob o CoronaChoque: Crise social, fracasso neoliberal e alternativas populares. **Instituto Tricontinental**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-30-coronachoque-e-america-latina/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
25. FIGUEIREDO FILHO, Carolina Barbosa Gomes. **Desemprego e organização dos trabalhadores desempregados no Brasil**: as políticas da CUT-SP e do MST-SP durante os governos Lula. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
26. GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
27. GOLDMAN, Marcio; SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.13-40.

28. GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
29. HEREDIA, Beatriz. Política, Família, Comunidade. *In*: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996. p. 57-72.
30. JAMUR, Marilena. Solidariedade: uma noção tensionada entre o privado e o público. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 471-504, 2005.
31. KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007a.
32. KUSCHNIR, Karina. Antropologia e Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], vol. 22, n. 64, p. 63-67, 2007b.
33. MAIOR greve geral da história do país contou com 40 milhões de brasileiros. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/28/40-milhoes-param-no-pais-ato-em-sp-reune-70-mil-e-termina-com-repressao-da-pm/>. Acesso em: 10 jul. 2017.
34. MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva como sentimento e prática. Desafios do agir amoroso no mundo da vida e dos sistemas. **Realis: Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, Recife, v. 6, p. 22-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/realis/article/view/8853>. Acesso em: 28 fev. 2025.
35. MARTINS, Cristiano; RODRIGUES, Gabriel. Do Belvedere para a favela: casos graves de covid-19 viram problema da periferia. **O Tempo**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/do-belvedere-para-a-favela-casos-graves-de-covid-19-viram-problema-da-periferia-1.2381338>. Acesso em: 1 abr. 2021.
36. MARTINS, Paulo Henrique. Solidariedade, ação pública e desafios de uma cidadania democrática e solidária. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 4, n. 10, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/2295>. Acesso em: 28 fev. 2025.
37. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
38. MTD reafirma compromisso com a luta urbana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 maio 2015. Disponível em: <https://fld.com.br/todas/2015/mtd-reafirma-compromisso-com-a-luta-urbana/>. Acesso em: 20 jun. 2018.
39. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Olhar, ouvir, escrever. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 13-37
40. OLIVEIRA, Susan; BITTENCOURT, Gabriela; NASSER, Carolina; RENA, Natacha. Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n.

- 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32662>. Acesso em: 11 jul. 2025.
41. OLIVEIRA, Susan; CHAGAS, Anderson. Planejamento urbano e participação popular: Pedreira Prado Lopes na vanguarda de políticas urbanas em vilas e favelas. **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 192-233, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/26327>. Acesso em: 28 fev. 2025.
42. OLIVEIRA, Wallace. Movimentos conquistam creche na PPL. **Brasil de Fato**, São Paulo, 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/02/10/movimentos-conquistam-creche-na-ppl/>. Acesso em: 1 dez. 2017.
43. PALMEIRA, Moacir. Voto: racionalidade ou significado? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 20, p. 26-30, 1992.
44. PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: GOLDMAN, Marcio; PALMEIRA, Moacir. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.41-56.
45. PALMEIRA, Moacir. Os sindicatos no poder: que poder? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (org.) **Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998. p.-199-235.
46. PATERNIANI, Stella. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
47. PATERNIANI, Stella; CARVALHO, Lauro. O “Nós por nós”: solidariedade periférica durante o CoronaChoque. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/instituto-tricontinental/2020/07/20/o-nos-por-nos-solidariedade-periferica-durante-o-coronachoque/>. Acesso em: 16 fev. 2025.
48. PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. In: PEIRANO, Mariza. **Três Ensaio Breves**. Brasília, DF: UnB, 1997. p. 17-29. (Série Antropologia, n. 230).
49. PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 2, p. 1-11, 2008.
50. PEIRANO, Mariza. **Uma Antropologia da Política: Rituais, Representação e Violência**. Cadernos do NuAP 1, Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998. (Cadernos do NuAP, 1).
51. PIMENTEL, Thais. Letalidade por covid-19 na periferia de BH é quase sete vezes maior que a média da cidade. **G1**, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/09/16/morte-por-covid-19-na-periferia-de-bh-e-quase-sete-vezes-maior-que-a-media-da-cidade.ghtml>. Acesso em: 1 abr. 2021.
52. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; ALEGRIA, Paula; BULGARELLI, Lucas. Movimentos sociais contemporâneos: Um balanço das produções de teses e dissertações

- em Antropologia nos últimos dez anos (2008-2018). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 93, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/512>. Acesso em: 28 fev. 2025.
53. PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Luzes antropológicas ao obscurantismo: uma agenda de pesquisa sobre o “Brasil profundo” em tempos de crise. **R@u: Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 21-28, 2016. Disponível em: <https://rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/166?articlesBySimilarityPage=2>. Acesso em: 28 fev. 2025.
54. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – PBH (2021). Vilas e Favelas. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vilas-e-favelas>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
55. SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a fervilhar**: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
56. SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.
57. TEIXEIRA, Carla Costa. Das Bravatas. Mentira ritual e retórica da desculpa na cassação de Sérgio Naya. In: PEIRANO, Mariza (org.). **O Dito e o Feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 2002a. p. 113-133.
58. TEIXEIRA, Carla Costa. Retórica de queixas e acusações na derrota eleitoral: o caso Cristovam Buarque no Distrito Federal. In: TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys Alencar Firmo; HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de (org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002b. p. 39-61.
59. VILLELA, Jorge Luiz Mattar. **O povo em armas**: violência e política no sertão de Pernambuco. v. 28. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.
60. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Felipe Pinheiro Martins de Paiva

Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7168-4352>. E-mail: fpinheiro17@gmail.com